

Deputado nega que tenha pedido propina

Ribeiro afirma que o fazendeiro é que o procurou para apressar desapropriação

- 9 JUL 1997

Bernardino Furtado

O GLOBO

• PALMAS (TO). O deputado João Ribeiro (PPB-TO) confirmou ontem que em 24 de abril recebeu em seu gabinete na Câmara o fazendeiro José Francisco de Freitas Filho, que foi tratar da desapropriação de três fazendas dele em Tocantins. Freitas Filho acusa o deputado de cobrar propina de cerca de R\$ 300 mil, por meio de um assessor chamado Lourimar, em troca da agilização do pagamento das indenizações pelo Incra. Mas o deputado nega a acusação e assegura que Lourimar não é seu assessor. Segundo o parlamentar, o fazendeiro é quem o procurou, pedindo ajuda:

— Eu o atendi no corredor. Disse a ele que não podia fazer nada porque tinha informação de que todos os processos de desapropriação de terras em Tocantins estavam paralisados no Incra. É um maluco que, pelo que sei, está envolvido no assassinato de um posseiro em Guaraí (TO) e resolveu atingir minha honra.

Ribeiro admitiu ter intercedido junto ao ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, para manter no cargo o então superintendente do Incra em Tocantins,

Mauro Gomes da Silva, afastado por suspeita de envolvimento com o esquema de supervalorização de terras. Segundo o deputado, o pedido foi feito dia 25 de abril, em audiência com Jungmann, que teve a participação de cinco deputados federais do estado: além de Ribeiro, Osvaldo Reis (PPB), Antônio Jorge (PFL), Darci Coelho (PPB) e Dolres Nunes (PFL); e os três senadores do estado, Carlos Patrocínio (PPB), João Rocha (PPB) e Leomar Quintanilha (PFL), da base do governador Siqueira Campos (PPB).

Parlamentares de Tocantins pediram demissão de técnicos

Os parlamentares assinaram uma carta, datada de 8 de maio, pedindo o afastamento de técnicos da direção central do Incra das investigações, que acabaram comprovando o superfaturamento de indenizações de cerca de 20 fazendas desapropriadas.

A comissão de sindicância do órgão que apura as irregularidades na gestão de Mauro Gomes da Silva soube de um telegrama do deputado Vadão Gomes (PPB-SP) ao então presidente do Incra, Nestor Fetter, demitido no início de maio: Vadão, presidente regio-

nal do PPB de São Paulo e criador de gado, pediu a agilização do pagamento de indenizações de fazendas em Tocantins.

O fazendeiro José Alberto Gomes de Oliveira denunciou em 27 de novembro de 1996, na Superintendência da Polícia Federal do Distrito Federal, uma tentativa de extorsão que envolvia o ex-superintendente do Incra de Tocantins Mauro Gomes da Silva e uma mulher, que em duas ligações telefônicas se identificou apenas como Ana. Segundo Oliveira, ele fez o primeiro contato com o então superintendente do Incra em Tocantins por intermédio de um lobista chamado Dino Américo. Segundo a denúncia, Américo teria intermediado um contato telefônico com o superintendente em 14 de junho de 1996. Mauro Gomes da Silva, segundo o fazendeiro, prometeu mandar uma equipe de técnicos para avaliar sua fazenda em Tocantins.

A Justiça Federal terá duas tarefas importantes. A primeira é recuperar indenizações parcialmente pagas em 1995 e 1996, como é o caso do assentamento Loroty, em Lagoa da Confusão, em que o Incra já pagou R\$ 13 milhões de indenização e, segundo

o valor atribuído no processo, terá que desembolsar outros R\$ 12 milhões. O problema é que o Incra descobriu que a Loroty passa a maior parte do ano inundada pelas águas do Rio Coco e é inviável para agricultura. O segundo desafio é apurar a colaboração de outras instituições estaduais e federais para a superavaliação das terras. Isso porque o Incra se valia de instituições como o Banco do Brasil, a Ruraltins (antiga Emater de Tocantins) para compor, por média aritmética das avaliações, o valor da terra nua (sem benfeitorias). Os valores atribuídos pela Ruraltins eram, quase sempre superiores às cotações do próprio mercado de terra.

A comissão de sindicância do Incra solicitou da Ruraltins a apresentação dos critérios utilizados pela empresa para fazer as avaliações. A Ruraltins respondeu que jamais fez avaliações de terras, ignorando seus próprios laudos sobre a questão.

O corregedor da Câmara, Severino Cavalcanti (PFL-PE), interpellará o deputado federal João Ribeiro (PPB-TO) e abrirá sindicância para apurar as denúncias do fazendeiro José Francisco de Freitas Filho. ■